



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

AGRAVO LEGAL NAS APELAÇÕES Nº 289071-3 e 291634-1

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Agravado: Guilherme Albuquerque Santos

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: AGRAVO LEGAL. AÇÕES CONEXAS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SUSPEITA DE FRAUDE EM MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA. TOI - TERMO DE OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE. AVERIGUAÇÃO UNILATERAL. NÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 456/2000, ANEEL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INDEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 13, TJPE. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO.

1. Aplicação correta da Súmula 13, TJPE: "É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude".
2. Presentes os requisitos para configuração do dano moral.
3. O valor de R\$10.000,00 da indenização mostra-se adequado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** aos Agravos, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos
Relator



170

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

AGRAVO LEGAL NAS APELAÇÕES Nº 289071-3 e 291634-1
Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE
Agravado: Guilherme Albuquerque Santos
Relator: Des. José Fernandes de Lemos
5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de recursos de Agravo Legal (§1º do art. 557 do CPC) interpostos pela CELPE - Companhia Energética de Pernambuco contra decisão terminativa que deu provimento ao Recurso de Apelação nº 289071-3, com fulcro no art. 557, §1º-A do CPC, para reformar a sentença, declarando nula a dívida e condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), e negou seguimento ao pedido formulado na apelação cível nº 291634-1, com base do *caput* do art. 557, CPC, por manifesta improcedência.

Tal recurso se opôs a sentença proferida pelo Juiz da 1ª Vara da Comarca de Jaboatão dos Guararapes que julgou improcedente o pedido formulado na ação anulatória de débito cumulada com danos morais (289071-3) e parcialmente procedente o pedido formulado na medida cautelar inominada (291634-1), para determinar o restabelecimento do fornecimento de energia.

Em suas razões, em ambos os recursos, a parte agravante requer que este E. Tribunal reveja sua decisão argumentando que seu procedimento foi realizado em conformidade com o que determina a Resolução da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), não podendo o processo administrativo que atesta a ocorrência de irregularidade ser desconsiderado. Alega que não está configurado o dano moral, por ausência dos requisitos



171

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

necessários. Além disso, caso seja mantida a decisão, pede a redução do *quantum* indenizatório.

É o relatório.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos
Relator



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

AGRAVO LEGAL NAS APELAÇÕES Nº 289071-3 e 291634-1
Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE
Agravado: Guilherme Albuquerque Santos
Relator: Des. José Fernandes de Lemos
5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

O conflito em questão é matéria recorrente nos Tribunais Pátrios. Os fundamentos da decisão terminativa ora atacada expressam o entendimento já firmado e consagrado neste Tribunal, inclusive com a edição de súmula tratando o tema. Vejamos o conteúdo da decisão combatida:

A ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica editou a Resolução nº 456/2000 para regular a comercialização da energia elétrica e a relação fornecedor-consumidor. Tal resolução estabelece em seu art. 72 o procedimento administrativo para apurar irregularidades na medição do consumo de energia. Vejamos o que dispõe o citado artigo:

Art. 72. Constatada a ocorrência de qualquer procedimento irregular cuja responsabilidade não lhe seja atribuível e que tenha provocado faturamento inferior ao correto, ou no caso de não ter havido qualquer faturamento, a concessionária adotará as seguintes providências:

I - emitir o "Termo de Ocorrência de Irregularidade", em formulário próprio, contemplando as informações necessárias ao registro da irregularidade, tais como:

- a) identificação completa do consumidor;
- b) endereço da unidade consumidora;
- c) código de identificação da unidade consumidora;
- d) atividade desenvolvida;
- e) tipo e tensão de fornecimento;
- f) tipo de medição;
- g) identificação e leitura(s) do(s) medidor(es) e demais equipamentos auxiliares de medição;



173

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

- h) selos e/ou lacres encontrados e deixados;
- i) descrição detalhada do tipo de irregularidade;
- j) relação da carga instalada;
- l) identificação e assinatura do inspetor da concessionária; e
- m) outras informações julgadas necessárias;

II - solicitar os serviços de perícia técnica do órgão competente vinculado à segurança pública e/ou do órgão metrológico oficial, este quando se fizer necessária a verificação do medidor e/ou demais equipamentos de medição;

III - implementar outros procedimentos necessários à fiel caracterização da irregularidade;

IV - proceder a revisão do faturamento com base nas diferenças entre os valores efetivamente faturados e os apurados por meio de um dos critérios descritos nas alíneas abaixo, sem prejuízo do disposto nos arts. 73, 74 e 90:

- a) aplicação do fator de correção determinado a partir da avaliação técnica do erro de medição causado pelo emprego dos procedimentos irregulares apurados;
- b) na impossibilidade do emprego do critério anterior, identificação do maior valor de consumo de energia elétrica e/ou demanda de potência ativas e reativas excedentes, ocorridos em até 12 (doze) ciclos completos de medição normal imediatamente anteriores ao início da irregularidade; e
- c) no caso de inviabilidade de utilização de ambos os critérios, determinação dos consumos de energia elétrica e/ou das demandas de potência ativas e reativas excedentes por meio de estimativa, com base na carga instalada no momento da constatação da irregularidade, aplicando fatores de carga e de demanda obtidos a partir de outras unidades consumidoras com atividades similares.

Ao analisar os autos, constata-se que o procedimento de verificação que aferiu a suposta fraude no medidor não seguiu as disposições da Resolução nº 456/2000 da ANEEL. A



174,

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

fornecedora efetuou a cobrança com base tão-somente no TOI - Termo de Ocorrência de Irregularidade por ela mesma elaborado, sem que tivesse havido inspeção do medidor com suspeita de defeito, fraude ou outra contaminação por perito de entidade oficial de metrologia ou vinculado a órgão da segurança pública, providência expressamente prevista no inciso II do art. 72 da Resolução da ANEEL.

Em tal contexto, o referido TOI é inidôneo para, por si só, demonstrar a efetiva ocorrência de alguma fraude, não havendo causa legítima para a cobrança das supostas diferenças de consumo.

Tal posicionamento se coaduna com a orientação desta Corte, senão veja-se:

"PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS PATRIMONIAIS E EXTRAPATRIMONIAIS. IRREGULARIDADE NO MEDIDOR DE CONSUMO NÃO DEMONSTRADA. SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DIFERENÇA DE CONSUMO APURADA EM RAZÃO DE FRAUDE NO MEDIDOR. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 13 DO TJPE. PRECEDENTES. PROLAÇÃO DE TERMINATIVA. ART.557, CPC. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. DECISÃO MANTIDA. (...)

2. A convocação de perito técnico da polícia local e do órgão metrológico oficial para acompanhar o exame do medidor suspeito de contaminação é imprescindível, conforme a Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica nº 456/2000.3. Na hipótese dos autos, a empresa recorrente não submeteu o aparelho unilateralmente periciado a qualquer órgão terceiro que lhe conferisse o diagnóstico de fraude (...)" (TJPE - Agravo nº 197784-8/01 - Rel. Eurico de Barros Correia Filho - Órgão Julgador: 4ª Câmara Civil - Data: 29/07/2010).



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

175

Junto a isso, tal procedimento ainda se configura de forma unilateral, não respeitando os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, não sendo hábil a comprovar que tais irregularidades ocorreram e que advieram de violações realizadas pelo usuário. Conclui-se assim que inexistente prova de fraude efetuada pelo consumidor. Ora, não se mostra possível que o fornecedor, com base na simples afirmação de ocorrência de fraude, promova a cobrança retroativa de valores pretéritos unilateralmente apurados contra o consumidor.

Vale acrescentar também que o dever de manutenção do aparelho é do fornecedor, e não do consumidor. Assim, caso deseje exigir valores, deve antes comprovar a culpa do usuário na irregularidade do medidor. Não comprovada a culpa, a concessionária assume o prejuízo, por ser este risco da atividade que exerce. Tal risco não pode ser repassado ao consumidor.

Diante da inobservância dos preceitos legais quando da apuração do defeito no medidor e consequente ausência de provas da autoria da fraude, o valor apurado unilateralmente pela demandada é nulo e inexecutável.

O fornecimento de energia elétrica é serviço público essencial, o corte de energia elétrica como forma de coagir ao pagamento de suposta dívida por irregularidades é abusivo. Só deve ocorrer a suspensão no fornecimento de energia quando houver inadimplência em conta regular e atual, relativo a mês de consumo. É inadmissível tal procedimento por dívida apurada unilateralmente, não faturada, por suposta adulteração em medidor de energia, de acordo com a Jurisprudência Pacífica do TJPE, expressa pela Súmula 13: *"É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica,*



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude".

A situação em questão não só está em conformidade com a Súmula 13 deste Tribunal, como também se coaduna com decisões do Superior Tribunal de Justiça, como a que se segue:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE NO MEDIDOR. RESOLUÇÃO 456/00. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.

RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. IMPOSSIBILIDADE. FRAUDE. VERIFICAÇÃO UNILATERAL. INVALIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não é lícito à concessionária interromper o serviço de fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos.

2. É ilegítima a suspensão do fornecimento de energia elétrica quando o débito decorrer de suposta fraude no medidor de energia, apurada unilateralmente pela concessionária.

3. É inviável, em sede recurso especial, a análise de malferimento a resolução, portaria ou instrução normativa.

4. Incidência do verbete sumular 83/STJ.

5. Agravo regimental não provido.



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

(AgRg no AREsp 243.389/PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/12/2012, Dje 04/02/2013)

Quanto à ocorrência de danos morais, vejamos os requisitos da Teoria da Responsabilidade Civil: conduta ilícita do agente danoso, comprovação do dano e nexo de causalidade.

Quanto ao primeiro requisito, conforme foi acima elucidado, é irregular o procedimento realizado pela CELPE, pois a fiscalização desrespeitou sua norma específica, além de agir de forma unilateral. Consequentemente, a atitude de suspender o fornecimento de energia elétrica configura-se abusiva, pois se enquadra na situação do disposto na Súmula 13 do TJPE. Além disso, esta é fornecedora de serviço público, o que a submete a Teoria do Risco Administrativo, que gera a responsabilidade objetiva, não exigindo comprovação de culpa, sendo a responsabilidade decorrente do simples exercício da atividade.

Vale salientar que dano moral é *in re ipsa*, o que dispensa a comprovação da extensão dos danos, sendo estes evidenciados pelas circunstâncias do fato. Concomitante a isso, sendo o fornecimento de energia elétrica considerado serviço público essencial, a sua negativa por si só já causa dano e abalo aos membros da sociedade.

Quanto ao *quantum* indenizatório, devem ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e também levar em consideração a situação pessoal, social, econômica e intelectual do ofendido, a intensidade do constrangimento, o porte econômico do ofensor, o grau de culpa e a gravidade da ofensa. É importante frisar que tal condenação visa desestimular a prática de novos atos ilícitos, bem como ofertar conforto ao ofendido, de modo que a quantia arbitrada



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

não seja tão irrisória, que nada represente; nem tão exagerada, a ponto de implicar sacrifício demasiado para o demandado ou enriquecimento ilícito para a outra parte. Assim, estipulo o valor da condenação pelos danos morais sofridos em R\$10.000,00 (dez mil reais).

Por todo exposto, meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** aos Agravos para manter, em todos os seus termos, a decisão terminativa atacada.

É como voto.

